



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo: nº 28634/2018-e (f).

Origem: **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.**

Assunto: Admissão de Pessoal.

Ementa: Admissões no cargo de Especialista em Saúde, especialidade: Fisioterapeuta, ocorridas na SES/DF, decorrentes de aprovação no concurso regulado pelo Edital nº 1/2014, publicado no DODF de 30.05.2014, que foi objeto de acompanhamento no Processo nº 15.720/2014.

. **Acumulação de cargos públicos** – CBMDF e SES/DF.

. Documento encaminhado pela SES/DF, noticiando ação judicial proposta pela servidora Lillian Karlla Jordão de Sousa até o trânsito em julgado na Ação nº 0763775-64.2019.8.07.0016. **Sobrestamento.** Decisão desfavorável à servidora. Desligamento do cargo na SES/DF.

. A **Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE/TCDF** propõe à Corte: “I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 9327/2020 – SES/GAB e anexos (Peças 44/59), encaminhado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF; b) do trânsito em julgado na Ação nº 0763775-64.2019.8.07.0016, levantando-se o sobrestamento anteriormente conferido ao feito pelo item II da Decisão nº 1271/2020; c) da admissão de Lillian Karlla Jordão de Sousa, no cargo de Especialista em Saúde, especialidade Fisioterapeuta, decorrente de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 01 – SEAP/SES – NS, publicado no DODF de 30/05/2014, e do posterior desligamento da ex-servidora; II – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.”

. O **Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPCDF**, nos termos do Parecer nº 996/2023, subscrito pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, aquiesce às sugestões da SEFIPE.

. **VOTO** convergente com os pareceres da SEFIPE e MPC. Conhecimento de documentos. Trânsito em julgado de decisão judicial desfavorável à servidora. Desligamento do cargo junto à SES/DF. Retorno dos autos à SEFIPE para quivamento.

## **RELATÓRIO**

Cuidam os autos do exame de admissões realizadas pela Secretaria



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, nos termos mencionados na ementa.

**I – MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO – SEFIPE/TCDF**

Após reanalisar o feito, para fins de exercício da competência inscrita no inciso III do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF, a **Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE** (peça 60) tece as seguintes considerações:

*“2. Na última oportunidade em que se manifestou nos autos, esta Corte, a teor da Decisão nº 1271/2020 (Peça 41), deliberou por:*

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprido o item II da Decisão nº 3.409/2019; II – determinar o sobrestamento da análise da admissão de LILIAN KARLLA JORDÃO DE SOUSA, no cargo de Especialista em Saúde, especialidade Fisioterapeuta, decorrente de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 01 - SEAP/SES-NS, publicado no DODF de 30.05.2014, até o trânsito em julgado na Ação nº 0763775-64.2019.8.07.0016; III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins”.*

*3. Na sequência, mediante o Ofício nº 9327/2020 – SES/GAB e anexos (Peças 44/59), a SES/DF substancialmente noticiou que o respectivo processo de análise da acumulação de cargos da servidora em questão ficaria sobrestado até o deslinde da sobredita ação judicial.*

*4. Em consulta ao endereço eletrônico do TJDFT e do STF, verificamos que houve o trânsito em julgado na Ação nº 0763775-64.2019.8.07.0016, manejada pela interessada visando a declaração de licitude de sua acumulação de cargos (Especialista em Saúde, especialidade Fisioterapeuta da SES/DF, e graduação de Soldado Bombeiro Militar, do Quadro Geral de Praças Bombeiros Militares, na Qualificação Bombeiro Militar Geral Operacional – QBMG1 do CBMDF), com decisão a ela desfavorável<sup>1</sup>, motivando o seu desligamento da SES/DF em 26/11/2020, conforme informações do SIRAC/SIGRH.*

*5. Nesse contexto, propomos o levantamento do sobrestamento da análise do presente feito, para que esta Corte tome conhecimento da admissão em questão e do posterior desligamento da ex-servidora.*

*6. A título de registro, sobre a EC nº 101/2019 mencionada na ementa, esta Corte, a teor da Decisão nº 4867/2021, proferida no Processo nº*

---

<sup>1</sup> Em apertada síntese, a sentença julgou improcedente o pedido da interessada, motivando a interposição de Recurso Inominado, o qual não foi provido. Embargos de Declaração opostos foram rejeitados. Interposto Recurso Extraordinário, este foi inadmitido. Após ser manejado Agravo, no STF, foi negado seguimento ao Recurso Extraordinário, mediante decisão monocrática, a qual transitou em julgado em 25/08/2021.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

00600- 00008243/2021-51<sup>2</sup>, firmou o seguinte entendimento:

*“II – esclarecer àquela Corporação (incluso o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF), em resposta aos quesitos por ela formulados na consulta, que: a) com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 101/2019, caso haja compatibilidade de horários, o militar pode cumular seu posto/graduação com cargo/emprego/função civil de professor (art. 37, inciso XVI, b), desde que, verificadas as atribuições do cargo militar em exame, seja possível confirmar sua natureza técnica ou científica; b) mesmo considerando o cargo militar, em observação, como técnico ou científico, tal condição não possibilita o direito de acumulação com outro cargo civil técnico ou científico. Isso porque a EC n.º 101/2019 veio trazer isonomia dos militares dos Estados com os civis e não lhes dar mais direitos do que os reconhecidos a esses; c) o militar da área de saúde (ingresso na Corporação em quadro privativo de saúde, com profissões regulamentadas) pode cumular seu posto/graduação com cargo/emprego/função civil privativo da área de saúde, com profissões regulamentadas; d) cabe ao Tribunal de Contas do Distrito Federal o controle externo sobre as acumulações incorridas pelos militares da PMDF e do CBMDF, tendo em vista que as referidas Corporações, apesar de serem organizadas e mantidas pela União (art. 21, inciso XIV, da CF), são instituições/órgãos do Distrito Federal e seus integrantes são militares do Distrito Federal; III – dar conhecimento desta decisão à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, bem como ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF”, (grifos acrescidos)*

*7. Por fim, nada mais havendo a ser tratado nos presentes autos, sugerimos seu regular arquivamento.”*

Ao final de sua análise, a **SEFIPE** sugere ao Tribunal: *“I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 9327/2020 – SES/GAB e anexos (Peças 44/59), encaminhado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF; b) do trânsito em julgado na Ação nº 0763775-64.2019.8.07.0016, levantando-se o sobrestamento anteriormente conferido ao feito pelo item II da Decisão nº 1271/2020; c) da admissão de Liliã Karlla Jordão de Sousa, no cargo de Especialista em Saúde, especialidade Fisioterapeuta, decorrente de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 01 – SEAP/SES – NS, publicado no DODF de 30/05/2014, e do posterior desligamento da ex-servidora; II – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.”*

---

<sup>2</sup> Consulta formulada pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, acerca da interpretação a ser dada à Emenda Constitucional nº 101/2019, por ocasião do apontamento pelo Tribunal de Contas da União – TCU de indícios de irregularidades em acúmulo de cargo público por parte de militares daquela Corporação.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

## **II – MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – MPC/DF**

Por sua vez, a ilustre representante do **Ministério Público de Contas** que oficiou neste feito, Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, nos termos do Parecer nº 996/2023 (peça 61), concordou com as sugestões da SEFIPE.

É o relatório.

### **VOTO**

Na derradeira apreciação plenária, a análise da admissão da servidora **LILIAN KARLLA JORDÃO DE SOUSA** foi sobrestada, até ocorrer o trânsito em julgado da Ação nº 0763775-64.2019.8.07.0016, em trâmite no 1º Juizado Especial da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Desta feita, em consulta ao endereço eletrônico do TJDF e do STF, a **Unidade Técnica** verificou que ocorreu o trânsito em julgado da Ação nº 0763775-64.2019.8.07.0016, manejada pela interessada visando a declaração de licitude de sua acumulação de cargos (Especialista em Saúde, especialidade Fisioterapeuta da SES/DF, e graduação de Soldado Bombeiro Militar, do Quadro Geral de Praças Bombeiros Militares, na Qualificação Bombeiro Militar Geral Operacional – QBMG1 do CBMDF), com decisão a ela **desfavorável**, o que motivou o seu desligamento da SES/DF em 26/11/2020, conforme informações do SIRAC/SIGRH.

Nesse contexto, cabe à Corte tomar conhecimento do desfecho da ação e do desligamento da ex-servidora do cargo que ocupava na SES/DF.

Ante o exposto, em harmonia com os pareceres da SEFIPE e do MPC, **VOTO** por que o egrégio Plenário:

#### **I – tome conhecimento:**

- a)** do Ofício nº 9327/2020 – SES/GAB e anexos (Peças 44/59), encaminhado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF;
- b)** do trânsito em julgado na Ação nº 0763775-64.2019.8.07.0016, levantando-se o sobrestamento anteriormente conferido ao feito pelo item II da Decisão nº 1271/2020;
- c)** da admissão de **Lilian Karlla Jordão de Sousa**, no cargo de Especialista em Saúde, especialidade Fisioterapeuta, decorrente de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 01 –



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

SEAP/SES – NS, publicado no DODF de 30/05/2014, e do posterior desligamento da ex-servidora;

**II –** autorize o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 2023.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Conselheiro-Relator